

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS - MNDH
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

Requerimento nº , de 2007
(Dos Senhores Pedro Wilson, Laurez Moreira, Fernando Chucre e José Airton Cirilo)

Solicita realização de audiência pública conjunta das
Comissões de Direitos Humanos e Minorias e
Desenvolvimento Urbano para discussão do tema:
“Moradia – Um Direito Humano.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos ternos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano para discussão do tema “Moradia – Um Direito Humano”, evento para o qual devem ser convidados representantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Confederação Nacional das Associações de Moradores, Fórum Nacional de Reforma Urbana, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A nossa Constituição Federal de 1988 está afinada com a defesa dos direitos humanos em suas diversas gerações. Um lacuna importante, contudo, permaneceu no que respeita ao direito à moradia, mas foi devidamente preenchida com a sua inscrição entre os direitos sociais elencados no art. 6º de nossa Carta Magna.

Esse fato foi resultado da pressão social dos movimentos organizados de nosso país e representou, ao mesmo tempo, um reforço de sua luta pelo reconhecimento da moradia como um direito essencial da pessoa humana. Outro momento importante dessa luta deu-se por ocasião da realização da II Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – HABITAT II, realizada em 1996, na cidade de Istambul, Turquia. É bom destacar que esta Conferência foi a primeira do Sistema das Nações Unidas que pôde contar com representantes da Sociedade Civil como membros da delegação oficial, inclusive – e com destaque – na delegação brasileira, tendo sido de vital importância para os avanços nela conquistados.

Atualmente, uma das principais preocupações dos movimentos de moradia no campo dos direitos humanos é o combate ao déficit habitacional e a denúncia dos despejos forçados, que, infelizmente, ainda têm sido praticados com muita frequência no Brasil e no mundo. Neste particular, cabe destacar o trabalho do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH e também da Plataforma de Defesa dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – DHESC.

É importante lembrar aos nobres pares que já existe um requerimento aprovado do deputado José Airton Cirilo e outros visando a realização de seminário para discutir as diretrizes nacionais para a habitação. Portanto, ressaltamos que esta iniciativa visa somar e dar prosseguimento ao debate sobre moradia no Brasil.

Diante, portanto, da relevância desse tema, tanto no âmbito nacional quanto na esfera global, além ainda de se inserir no escopo desta nossa Comissão de Direitos Humanos e Minorias, solicitados o apoio dos colegas para materialização da proposta ora apresentada.

Sala das Sessões, em de março de 2007.

Deputado PEDRO WILSON

Deputado FERNANDO CHUCRE

Deputado JOSÉ AIRTON CIRILO

Deputado LAUREZ MOREIRA